

De quem observa quem no Brasil quando “eu sou uma das suas nativas”: pesquisando pesquisadores em situação de alteridade mínima para cima

Cleyton Gerhardt¹

Resumo: Desde os anos 1990, cada vez mais curiosidade e atenção etnográficas recaem sobre o público que percorre os corredores acadêmicos. Juntando-me a este esforço, por quatro anos mantive contato com 33 especialistas que, transitando entre os campos da ciência e da ação política, participam da controversa discussão sobre áreas naturais protegidas e populações atingidas pela sua criação. Ao converter este debate em vínculo que me aproxima de meus interlocutores, demarcando-o como assunto para que histórias fossem contadas, reflito sobre as condições de produção do trabalho etnográfico quando em situação de alteridade mínima “para cima”.

Palavras-chave: antropologia da ciência; unidades de conservação no Brasil; povos e comunidades tradicionais

Introdução

Pesquisar o colonizador (não o colonizado), o cosmopolita (não o provinciano), o civilizado (não o primitivo), o tipo padrão (não o exótico), o estabelecido (não o outsider), o algoz (não a vítima), a cobertura (não a favela), o pesquisador (não o pesquisado). O presente texto abrange dois campos interconectados de interesse: antropologia da ciência e os chamados “estudos para cima” ou “studying up” (Nadal 1972; Gusterson 1997). No caso, ao buscar etnografar a “posição de intérprete acadêmico” (Carvalho 2002:13), sigo trilha proposta por Vagner Gonçalves da Silva (2006:19) sobre formas “epistemológicas e éticas de falarmos com os e/ou sobre nossos pares [...] quando trabalhamos temas delicados cuja legitimidade ainda está sendo construída nos fóruns acadêmicos”.

Investimento necessário tendo em conta a situação predominante do cientista no Brasil, marcada “pelo lugar racial da branquidade, [...] da urbanidade supostamente cosmopolita, de classe alta ou média alta, do sul e sudeste brasileiro” (Pereira 2020). Relativa exclusividade que se soma à constatação de que condutas e práticas culturais de quem ocupa posição de poder (no caso, vinculado à produção científica) tendem a passar despercebidas do olhar da maioria dos antropólogos (Gusterson 1997:115). Tal invisibilidade, ao conferir relativa imunidade etnográfica a quem se acha autorizado a “fazer ciência”, compõe parte dos seus privilégios diante da sociedade em que vive.

Portanto, ao apresentar, como sugere Silva, um caso “delicado” em que a “legitimidade” de expert acha-se em disputa, o artigo reflete sobre as condições de construção e reinvenção do trabalho de campo em situação de “alteridade mínima”² quando direcionada

¹ Antropólogo, professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da UFRJ. E-mail: cleytonge@gmail.com. Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Ao refletir sobre a antropologia no Brasil, Peirano (2006:56) parte da distinção entre “alteridade radical”, “contato com a alteridade”, “alteridade próxima” e “alteridade mínima”, sendo esta última adotada para

“para cima” em termos de status, conhecimento e posição social. Com este propósito, parto da experiência de ter, por quatro anos, mantido contato com 33 pesquisadores envolvidos com a controversa discussão sobre áreas naturais protegidas - no Brasil chamadas unidades de conservação³ (UCs) - e populações locais atingidas pela sua criação. Sendo este debate um vínculo que me aproxima dos peritos com quem interagi (pois antes de procurá-los ele já era objeto de pesquisa com o qual trabalhava), adotei atitude parecida a da antropóloga Grazielle Dainese (2015a): demarquei-o como “assunto” para que pudesse “chamar na conversa” meus futuros interlocutores e uma “boa prosa”⁴ começasse entre nós sobre o assunto em si, sobre a pessoa com quem conversava e, claro, sobre os demais colegas de ofício que também se interessam pelo tema.

Importante dizer que não se trata estritamente de cientistas, tendo em comum, além do trabalho acadêmico, atuarem “no plano da instrumentalização da pesquisa científica voltada à transformação social” (Cardoso de Oliveira; Cardoso de Oliveira 1996:18). Transitando entre o campo da ciência e da ação política, se tornaram atores influentes na concepção de políticas públicas vinculadas a duas prioridades: preservar a natureza e a biodiversidade e/ou garantir direitos e acesso à terra a grupos atingidos por essa mesma preservação. Indicação disso é que, seja integrando entidades da sociedade civil, prestando consultoria a empresas privadas, estatais, organismos internacionais e agências que financiam “projetos de desenvolvimento”, colaborando com órgãos do executivo, assessorando movimentos sociais ou políticos no legislativo, as pessoas com quem interagi circulam ativamente fora dos respectivos centros de pesquisa.

Como resultado, ao adquirir competência para se pronunciar em múltiplos contextos institucionais, a combinação entre dedicação intelectual e influência no campo político mais amplo contribui para que suas interpretações produzam “efeitos de verdade” (Foucault 2010) capazes de construir realidade social. Já inversamente, ao elevar o debate à condição de “questão social relevante” (Blumer 1971), como são afetados pela sua politização no espaço público, o que escrevem também resulta dos efeitos de verdade que eles próprios ajudaram a fixar fora do âmbito acadêmico. Isto é, ao transpor sua competência para outras esferas

localizar, no trabalho intelectual, a diferença produzida pela situação em que “nós, cientistas sociais, somos o Outro”.

³ Divididas em dois grupos (“Proteção Integral” e “Uso Sustentável”) e 12 categorias, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação define UCs como territórios com atributos “naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos” (Brasil 2023).

⁴ Segundo Dainese (2015:233), entre moradores de uma localidade do interior de Minas Gerais, quem tem “boa de prosa” é aquele “que conhece a arte de prolongar o encontro por meio das palavras, seja com novidades, seja com antigas histórias, que ganham o interesse de quem ouve menos pelo ineditismo e mais pela forma como são contadas”.

sociais, se valem do reconhecimento alcançado para fortalecer suas posições em suas áreas de atuação disciplinar.

Sobre estas últimas, chama ainda atenção a diversidade de atuação e percurso profissional, havendo, entre os 33 entrevistados: oito antropólogos (um com graduação em biologia, outro em administração e outro vindo da ciência política); um cientista político com doutorado em ciências ambientais, uma socióloga com mestrado em ecologia e duas cientistas sociais (uma graduada em ecologia); sete biólogos (um limnologista, um botânico, um zoólogo, um ecólogo com pós-doutorado em agroecologia e um primatólogo formado em administração); uma bióloga pós-graduada em sociologia; uma psicóloga social também formada em biologia; quatro engenheiros florestais (um deles agrônomo e outro pós-graduado em biologia); dois geógrafos; um agrônomo e outra agrônoma; dois historiadores (um deles doutor em ciência política); um economista; e um ex-oficial da marinha autodidata em paleontologia.

Quanto à questão das UCs e populações locais, especialistas concordam que o clima tem sido deveras beligerante. Apenas para introduzir a questão, a polêmica tende a se manifestar como antagonismo entre: dois movimentos (preservacionismo x conservacionismo; socioambientalismo x ambientalismo); duas correntes interpretativas (antropocêntrica x biocêntrica); duas prioridades (preservar a natureza x garantir direitos às pessoas); dois direitos (das espécies naturais ou dos seres humanos); dois mitos (bom selvagem x natureza intocada); duas posturas (ideológica x não ideológica; engajada x isenta); dois reducionismos (sociológico x biológico); duas áreas do conhecimento (ciências naturais x ciências sociais); dois enfoques disciplinares (biologia da conservação x etnoconservação); dois personagens (antropólogos x biólogos).

Contudo, como mostro em Gerhardt (2016), olhado de perto o quadro torna-se mais complexo. Se tal controvérsia subentende “visões” demarcadas e não negociáveis, como muitas vezes se trata de situações particulares e transitórias, argumentos mobilizados dependerão do lugar onde são explicitados, do assunto em questão, do tipo de público e com quem se quer debater. Característica que faz com que divergências e convergências gerem um ambiente instável, não sendo possível precisar “posições” fixas ou “lados” definidos. Se há sem dúvida um campo de disputas estruturado e perspectivas antagônicas, seus integrantes circulam e se posicionam de modo segmentar, podendo se aliar ocasionalmente com quem em princípio estaria em oposição ou atacar um colega que, até então, se encontrava mais próximo.

Por fim, meu contato com cientistas se deu por meio de entrevistas (a maioria com mais de duas horas e algumas com mais de três) divididas em dois momentos: um centrado nas trajetórias profissionais e outro sobre temas polêmicos ligados à criação de UCs.

Encontros eventuais também ocorreram em reuniões de grupos de pesquisa, congressos, simpósios, seminários e workshops acadêmicos, via e-mail e através de suas publicações. Além do material recolhido em universidades, núcleos de pesquisa, ONGs e na casa das pessoas, a internet foi instrumento essencial, sendo inúmeras às vezes que acessei sites em que meus interlocutores eram citados/entrevistados, colunas de jornais e sites nos quais escreviam, sem falar na Plataforma Lattes, a qual consultava amiúde.

Conquistando cientistas: da interpretação como performance à coxia do teatro

No centro da sala, diante da mesa [...],
A gente se olha, se toca, se cala
E se desentende no instante em que fala.

Hora do Almoço (Belchior 1974).

O público em questão dispõe de um meio de comunicação peculiar: o texto acadêmico. Este, enquanto enunciado, presume a existência de leitores que, além de receber a informação, podem reagir com outro enunciado de mesmo formato. Com efeito, apesar de diferenças disciplinares, políticas, ideológicas e compromissos assumidos fora do campo intelectual, também numa “comunidade profissional altamente sofisticada formada por cientistas”, estes últimos são “capazes de um acordo intersubjetivo” (Cardoso de Oliveira 2000:191). Portanto, mesmo tal aceitação tácita estando circunscrita à etiqueta acadêmica e ao direito ao contradito, há um padrão de conduta que se expressa na linguagem escrita, mas não só.

No caso das entrevistas, a própria aceitação da pertinência de conversar comigo fazia parte da negociação de estar entre pares. Embora às vezes houvesse certa tensão no ar, após um momento inicial em que (e, se verás, esse é o termo) tentava expor meu trabalho, na quase totalidade das vezes a pessoa se convencida de que valia a pena dispor de algumas horas conversando com alguém que, em geral, desconhecia. Em parte, isso se deve ao fato de, mesmo transitando por áreas distintas, se estar diante de uma “comunidade de argumentação” cujo convívio intelectual encontra-se referido à produção de conhecimento (Cardoso de Oliveira; Cardoso de Oliveira 1996:15). Importa atentar, porém, que o que é escrito ou dito supõe um intercâmbio de conteúdos que se mesclam e são apropriados, retrabalhados e, eventualmente, devolvidos ao jogo argumentativo. O que significa que, nesse ir e vir discursivo, há uma circularidade criativa formada a partir de engajamentos mútuos.

De fato, nas suas publicações, palestras e entrevistas, ao reforçar, responder ou refutar alegações de outros pesquisadores, o que via eram pessoas falando de si e dos outros a todo momento. Caráter interativo que ficou explícito nas entrevistas, por exemplo, quando um antropólogo, se referindo ao debate sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação,

admitiu ter escrito “esse artigo de que te falei [...] mais pra *marcar minha posição*⁵ naquele momento”; quando uma engenheira florestal, ao citar um texto sobre reserva extrativista, reconheceu: “escrevi aquele artigo mais porque as pessoas têm que começar a *prestar atenção* em algumas coisas”; ou quando outro engenheiro florestal assumiu: “você conhece esse livro que escrevi? Na verdade, ele foi escrito pra *responder* precisamente *esta questão* [...]. Você conhece o livro do Diegues, não? Bom, quando li o livro do Diegues, fiquei tão *irritado*, que *decidi escrevê-lo*”.

Note-se que a irritabilidade causada pela leitura de um livro - no caso, “O mito moderno da natureza intocada” (Diegues 1996) -, o desejo de “responder” alguém e a pretensão de fazer outros “prestarem atenção”, todas estas formas de “marcar posição”, como disse o antropólogo, se aproximam da “dinâmica relacional” notada por Dainese (2015b:371) entre moradores de uma localidade rural de Minas Gerais. Embora se trate de realidades distintas, tal como em Terceira Margem (nome fictício dado pela autora), também aqui a “possibilidade de desentendimentos emergirem faz com que se expresse e valorize um saber concernente ao relacionar”. Ora, o mesmo ocorre com uma crítica feita através do frio vocabulário erudito que, por isso mesmo, pode ser bem severa.

Mesmo que o padrão de escrita siga geralmente um tom protocolar, na literatura ficava evidente o que passei a chamar de “xingamentos acadêmicos”. Para dar dois exemplos, cito Milano (2002:202), engenheiro florestal, ao comentar o texto de uma bióloga: “erros de informação no artigo citado são muito mais graves [...], ou não conhece o assunto que se propõe a tratar, ou está tentando manipular informação em proveito de ideias próprias; duas atitudes inadequadas”; e Lima (1997), que, ao desaprovar o uso “descuidado” feito por Vianna (1996) do termo “populações tradicionais”, a censura por fazer uma “generalização do conceito” “sem uma reflexão adequada”. Como mostro exaustivamente em Gerhardt (2016:200), são recorrentes nas publicações científicas sobre o debate em questão críticas à “falta de embasamento empírico” de um estudo, ao caráter “político-ideológico” ou à “parcialidade” da abordagem adotada, à adoção de procedimentos sem o devido “cuidado”, à adoção de conceitos “antigos” e “incorretos”, ao fato de certas afirmações serem feitas de forma “leviana” (isto é, irrefletida ou sem seriedade) ou que se tenha partido de “conclusões pré-concebidas” ou com fundamentação teórica/metodológica “deficiente”. Obviamente, este tipo de censura se repetiu nas entrevistas.

Mas mesmo sendo falas ofensivas, o jogo de argumentação x contra-argumentação subentende uma troca epistêmica que pressupõe algum ajustamento recíproco construído a partir de uma “coletividade (relativamente) ordenada” (Comerford 2014:10). Preservadas as

⁵ Além de termos estrangeiros, usarei itálico para acentuar expressões e comentários nativos.

devidas diferenças, também aqui a polêmica em questão se assemelha ao “disse me disse” notado pelo autor entre camponeses da Zona da Mata mineira. Sendo a fofoca um meio de qualificar alguém diante de outras pessoas, e que implícita nela está a chance de haver uma “contra-fofoca”, o mesmo acontece entre intelectuais mobilizados por um tema polêmico. Assim, se sempre será possível “fofocar sobre quem foi visto fofocando”, também entre doutores e pós-doutores “cada um estabelece seu posicionamento a partir de perspectivas distintas entre si” (Comerford 2014:10). E se “fofocar subentende uma forma de observação”, o mesmo ocorre num texto científico quando seu criador cita alguém como referência para falar para os outros sobre o que este alguém disse sobre certo assunto ou outro alguém.

A diferença, neste caso, está no modo como o veículo usado para disseminar a “notícia” resolverá a questão da ausência do destinatário no momento do ato em si. Assim, se em Terceira Margem aquele de quem se fala provavelmente ficará sabendo do que falaram dele através de terceiros, para quem procurei dialogar a informação virá com uma publicação científica ou comunicação num evento. Ou seja, além de ambas as situações subentenderem a publicização do que se diz, há a intenção de que atinja quem foi objeto da fala/escrita de outrem. O que remete novamente ao fuxico descrito por Comerford (2014:10), afinal, também cientistas “não só estão atentos ao que fazem os outros [cientistas], mas também às suas próprias ações, que certamente serão contadas por outros [colegas de ofício], senão pelos próprios agentes, nas próximas conversas [publicações/comunicações]. Tudo isso dentro de um quadro interpretativo relativamente compartilhado”.

É o que acontece quando um antropólogo decide conversar com outros pesquisadores sobre seus pares. Como descrevi em Gerhardt (2016), nas entrevistas estávamos, ao “falar dos outros e falar de si”, constantemente “mapeando identidades e alteridades” de modo a tentar “situar uns em relação aos outros, suas proximidades e distâncias” (Comerford 2014: 10). O que remete a existência de outro sentimento destacado por Dainese (2015b) entre seus interlocutores: a desconfiança. Para exemplificar este estado de dúvida, transcrevo trecho do diálogo que tive com uma antropóloga que chamarei Arminda:

A: Você não falou *onde você está*.

C: Estou como um pesquisador também [...]. Um nativo estudando junto com nativos, vamos dizer assim, que pesquisam essa temática também.

A: Mas você falou que tem dissenso, multivisões, você sabe que essas coisas não são consensuais; então, *onde você está*?

C: Estou num lugar que percebe a questão ambiental não como estritamente ligada à necessidade de preservação. Até porque políticas de preservação podem desencadear [...] consequências às vezes não tão interessantes para populações locais [...].

A: Então *você é* um socioambientalista? Poderia *te enquadrar* como se fosse uma coisa menos restrita que ambientalista.

C: Não, não sou um ambientalista [...]. Engraçado, você está me entrevistando.

A: É que você *precisa saber* essas coisas [...]. Sabe por quê? Porque eu mesma, se fosse falar com um ambientalista, por exemplo... esqueci o nome, ele escreveu um

artigo duro, horrível sobre populações tradicionais [...]. Se estivesse sendo entrevistada por ele, acho que não teria muito a falar.

Recém iniciara a entrevista e logo fui sondado por Arminda: afinal, quem seria essa pessoa que “sabe que essas coisas não são consensuais”? Ora, a reiteração da pergunta “onde você está?” indica uma tentativa de me localizar (ou “enquadrar”), de saber com quem se está falando e ver quão próximo ou distante estaria dela e do ambientalista que “escreveu um artigo horrível sobre populações tradicionais”. De fato, tais episódios não parecem incomuns quando se deseja pesquisar experts em determinado assunto. É o caso de Guilherme Sá (2006:178), antropólogo que, ao etnografar especialistas em primatas, se viu em situação semelhante:

a conversa, em princípio tensa, entre um jovem antropólogo brasileiro e uma renomada primatóloga/antropóloga norte-americana, logo revelou nossa distinta formação [...]. Ao me afirmar enquanto antropólogo social, deparei-me com novo questionamento de minha colega: afinal, pertencia àquela linha de antropólogos pós-modernos que se notabilizaram por seus estudos sobre as ciências?

Em síntese, os dois casos acima se aproximam da desconfiança entre camponeses de Terceira Margem e da Zona da Mata mineira. Se experts também buscam se “situar uns em relação aos outros, suas proximidades e distâncias” (Comerford 2014), por vezes é preciso “saber lidar com situações [...] de desacordos” (Dainese 2015b:372). Com uma diferença: se, no caso desta última, apesar de “inevitáveis, desentendimentos devem ser evitados”, o mesmo não ocorre entre quem faz ciência, pois o confronto é aberto. Porém, ainda assim suas desavenças denunciam a “maneira como esse coletivo cria sua própria existência” (Dainese 2015b:373).

Mas também a fofoca propriamente dita feita simplesmente para comentar a vida alheia ocorreu em campo. A despeito dos mecanismos institucionais que garantem fidedignidade à produção acadêmica (revisão por pares e o caráter público das edições científicas), seja nas entrevistas, em conversas informais no intervalo de um evento ou num papo descontraído com orientandos de um pesquisador após uma reunião do seu grupo de pesquisa, algo que escapava ao trabalho acadêmico me era dito ou confidenciado. Algo ausente no que publicavam, mas que ajudava a entender por que tinham escrito o que escreveram. Foi o caso do relato do colega de departamento de uma pesquisadora que havia lançado um livro em que atacava duramente outro pesquisador da mesma instituição. Mesmo sendo pública a crítica, foi justamente nessa conversa que descobri que, anos antes, ela havia sido sua orientanda de mestrado e que, em meio a uma conturbada relação com seu orientador, teriam tido uma discussão que levou ao fim da orientação. Note-se que importa menos se o episódio é verdadeiro ou não e sim que a fofoca aconteceu. O que leva a outra

aproximação com as interações descritas por Comerford (2014) e Dainese (2015b) para públicos distantes das provocações acadêmicas.

Mas notar tais semelhanças não aconteceu imediatamente. De início, o desejo de conhecer certo conjunto de cientistas me levou a mergulhar na literatura buscando, além do conteúdo, a “presença do outro no interior do enunciado” (Amorim 2004:114). Ocorre que tal esforço logo se somaria a outra prioridade: olhar o que era dito como parte de um generalizado movimento de socialização nativa. Insight que veio quando redigia um texto sobre “cientificização dos discursos sobre UCs”. Foi então que percebi que agia como meus colegas, isto é, continuava “em casa”, “no centro da sala, diante da mesa”, como na canção de Belchior, querendo interpretar e interferir no “assunto” junto com eles - e, como seria de esperar, me “desentendendo” com alguns deles. Algo compreensível, pois começava a me tornar um expert (ainda iniciante, como se verá).

De todo modo, agora tinha a chave para deixar em suspenso a tendência de reproduzir o *modus operandi* nativo e passar a observar *como* as pessoas se movem em meio as controvérsias pelas quais se mobilizam. Ao mesmo tempo, publicações, entrevistas e eventos que participava viraram uma espécie de palco por onde cientistas (eu incluído) performavam, dialogavam e improvisavam (como fiz diante de Arminda). Mais ainda, o que via como objeto em disputa se tornou algo que os atinge (às vezes irrita) e um motivo/pretexto para fazer algo (no caso, conversar sobre o assunto). Resultado. A certa altura não me satisfazia saber mais sobre a questão das áreas naturais protegidas, logo vindo a curiosidade em conhecer quem falava delas, suas experiências de vida, carreira profissional, sob que motivação e a quem se destinava o que já haviam escrito. Desejo que carregava comigo para as entrevistas.

Claro que levou certo tempo até deixar um pouco de lado o hábito de interferir na discussão para seu conteúdo virar um meio de entrar na coxa do teatro. O que não significa deixar de sentar à mesa, pois continuei meu trabalho analítico politicamente situado, por exemplo, publicando textos críticos na linha do artigo sobre “cientificização dos discursos” (Gerhardt 2007). O mesmo se pode dizer das intervenções em eventos acadêmicos e nas entrevistas ao externar o que pensava a quem assistia ou entrevistava; o que, obviamente, implicava risco de gerar eventuais desconfortos.

De quem observa quem quando “eu sou uma das suas nativas”

Nos quatro anos de contato mais intenso com pesquisadores estive presente, apresentei trabalho ou participei de mesas ligadas ao tema no: IX Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE), V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC), II e III Seminários de Áreas Protegidas e Inclusão Social (Sapis), V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Enanppas), 2º Encontro da

Rede de Estudos Rurais (RER), XXV e XXVII Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), XI e XIII Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e 31º e 32º e 34º Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

Nesses eventos, pessoas entrevistadas estiveram presentes e me interpelaram diretamente. No V Enanppas, após palestra de uma bióloga, esta, curiosa com o que anotava durante sua fala, comentou: “enquanto falava, fiquei ali em cima observando você escrevendo e escrevendo... e ficava pensando: o que será que ele tanto escreve?”. Já na 31º Anpocs, quando um geógrafo e duas antropólogas me assistiram numa das mesas, uma delas demonstrou publicamente inquietude em saber o que faria com o que havia me dito anteriormente: “enquanto escutava sua apresentação, ficava pensando com meus botões sobre o que falei, que palavras usei, se disse isso ou aquilo durante nossa conversa”. Além disso, me questionou sobre como lidaria com as entrevistas, sugerindo um texto que poderia “auxiliar nessa questão” (que de fato ajudou).

Tais episódios se repetiram várias vezes, caso da minha defesa de tese (quando uma antropóloga entrevistada fez parte da banca e estavam na plateia outra antropóloga e uma bióloga/psicóloga) e, meses depois, quando estive em outra banca (todas as demais integrantes, incluindo a orientadora, tinham sido entrevistadas). Por sinal, mesmo a “dissimetria entre lugar do pesquisador e lugar do outro” de que fala Amorim (2004) era logo notada. Ao conversar no intervalo do II Sapis com uma bióloga, esta comentou: “então sou seu *objeto* de pesquisa”; ao me apresentar a uma antropóloga após sua fala numa mesa do III Sapis, disse ela: “ah! Mas então sou uma das suas *nativas*? Você vai querer me entrevistar, é isso?”; e no XIII SBS, outra antropóloga, que debatia os textos apresentados no GT, disse à plateia que não me faria perguntas por ser “uma das *nativas* dele”.

Se alguns insistiram em saber quem havia entrevistado ou entrevistaria (ao que respondia citando quem vinha à memória), outros fizeram questão de fazer indicações, como um engenheiro florestal que, citando alguns nomes, enfatizou “um em especial” que “deveria procurar obrigatoriamente” se não quisesse “furar radicalmente a pesquisa” (o que espero não tenha ocorrido, pois acabei não o entrevistando). E se muitos ficaram curiosos com o resultado do trabalho, manifestando desejo de assistir a defesa ou pedindo para lhes enviar a tese, houve quem gostasse tanto da proposta que logo fazia questão de “definir sua posição”, sem contar a propensão para contar histórias sobre a vida particular de colegas, fossem amigos, desafetos ou simples conhecidos.

Mas assim como Sá (2006:38) notou que ser “identificável” era importante para os primatólogos com que conviveu, não faltaram ocasiões em que fui submetido a um

interrogatório com perguntas como “onde você está?”. Sobretudo no início, pedidos de esclarecimento, conselhos e críticas eram constantes. Ao almoçar com um limnólogo, por exemplo, este, após questionar os “critérios” adotados para selecionar entrevistados, indagou: “quais são suas perguntas? O que pretende demonstrar com sua pesquisa?”, com sua reação às respostas variando entre desacordo e ceticismo. Já alguns se sentiram incomodados em ser “pesquisados”, como um biólogo que, ainda que soubesse de sua discordância com especialistas de outras áreas, deixava claro seu desconforto dando respostas evasivas, evitando criticá-los diretamente quando os citava nominalmente. E se duas antropólogas relutaram em ser entrevistadas, pedindo um tempo para pensar e só concordando meses depois, a desconfiança de uma botânica fez com que recusasse a entrevista ao confessar se “sentir desconfortável”. Já um antropólogo mostrou preocupação com depoimentos gravados. Queria saber como trabalharia com eles, sendo que adotei uma sugestão sua: reenviar as transcrições para as pessoas me dispondo a alterar o que achassem necessário.

E aqui relato outro episódio envolvendo gravador para refletir sobre uma pergunta que se fez Silva (2006:14), o qual estudou outros antropólogos que, como ele, tem sua área de atuação junto às religiões de matriz africana: o que acontece quando se fala “para a cultura da qual pesquisador e pesquisado fazem parte e, por vezes, esse último, passando do papel de ‘personagem’ para o de ouvinte, pode discutir as representações que o pesquisador faz dele?”. Enquanto falava para Arminda sobre a pesquisa, esta intervinha com frequência indagando: “mas onde você quer chegar?”, “o que procura encontrar?”, “são perguntas, mas e a sua pergunta?”. A certa altura, me interrompeu: “desculpa, mas você está fazendo uma tese, quero entender até pra responder de acordo. Você tem tema, mas pra onde está dirigindo isso, está muito descritivo”. Ao final, admitiu:

A: Eu seria péssima pra estar na tua banca. Não gosto desse tipo de entrevista porque é muito momentâneo e o que a gente fala não é maduro o suficiente [...]. E não uso quase nunca gravador no trabalho que faço por causa disso, é muito perigoso.

C: É que você faz pesquisa em profundidade, é diferente. No meu caso, gravar me dá coisas, mas deixa de lado outras.

A: Não só isso, a gente fala coisas que são frases... em dezembro me entrevistaram pra um livro de educação escolar de índios e a moça veio com o gravador. Fiquei em pânico, porque às vezes você fala uma coisa, como o que acabei de falar, por exemplo, é uma besteira, mas não dá pra consertar. Sei que você vai me apresentar isso, mas, particularmente, não gosto.

C: Tudo bem, posso parar de gravar então.

Sabe-se que, ao menos desde a publicação dos diários íntimos de um famoso antropólogo polonês, sentimentos mútuos de antipatia, desconfiança, impaciência, irritação e preconceito são admitidos como elementos potencialmente presentes e mesmo constitutivos da experiência etnográfica. Mas se, como aconselha Malinowski (1978:21), no trabalho de campo o etnógrafo deve pôr “suas redes no local certo” e “ser um caçador atento, atraindo a

caça, seguindo-a cautelosamente até a toca”, quem no episódio acima seria a presa e o caçador? Embora outros eventos tensos tenham ocorrido, a sensação de estar totalmente desarmado diante de Arminda produziu um incômodo que perdurou até que pudesse interiorizar a descoberta de “que um problema intelectual também é um problema emocional” (Strathern 2013:22).

Como eu e Sá, também Silva (2006: 30) notou certo “desconforto desde os contatos iniciais até a realização da entrevista”. Isto porque, segundo o autor, conduzi-la poderia “parecer, aos olhos dos entrevistados, uma inversão da hierarquia acadêmica, pois um pesquisador com título de mestre pretendia analisar a pesquisa de campo de antropólogos com titulação acima da sua”. Possibilidade pertinente, pois, diferente de uma simples conversa, que muitas vezes se extingue em si mesma, não produzindo efeitos futuros, toda entrevista supõe um nível de invasão do espaço alheio, havendo nela algo de antropofágico. Ocorre que este tipo de incidente passou a fazer sentido ao juntar o ambiente belicoso que caracteriza a discussão em foco com a situação criada por mim: havia sido displicente para com a “hierarquia” envolvida ao colocar cientistas renomados na posição de interrogado.

Considerando que o observado também me observava, a favor de quem estaria a diferença de status quando um vem do baixo clero e outro é já figura estabelecida? Ora, assim como para Sá e Silva, aquela “sorradeira vantagem de direito”, diria Viveiros de Castro (2002:117), que o antropólogo geralmente tem diante do discurso nativo - visto costumar saber demais sobre ele “desde antes do início da partida” - havia sido anulada. Mesmo me informando sobre as pessoas e lendo o que escreveram, nos primeiros encontros algumas delas “dominavam tão perfeitamente a situação que conseguiam impor sua definição do jogo ao pesquisador” (Bourdieu 1997:699). E se numa entrevista é o entrevistador que “estabelece as regras, quem atribui, de modo unilateral e sem negociação prévia, os objetivos ao pesquisado” (Bourdieu 1997:695), no presente caso este último já entrava no “jogo” com armas (poder simbólico, capital científico, domínio do campo, prestígio acadêmico) bem poderosas. Condição que ficou evidente quando, ao me despedir de Arminda, esta me consolou: “não se preocupe, um dia alguém também vai querer entrevistar você”.

De fato, como se trata de saberes específicos (vide o comentário sobre educação indígena), ao reler algumas transcrições, estampada nelas está minha inocência diante da complexidade de temas, noções, teorias e conceitos caros àqueles com os quais estive. Sem contar que, como exemplifica o incômodo com o uso do gravador, também cometi “erros de etiqueta que nativos [...] me apontavam imediatamente” (Malinowski 1978:22). Porém, além dessa ingenuidade produzir resultados práticos ao fazer com que o entrevistado reagisse a

minha ignorância, o peso da balança logo mudaria, com minha condição desvantajosa sendo atenuada até ser alterada.

Muito disso vem do fato de, além do orientador e da coorientadora oficiais, ter tido outros 33 “coorientadores” eventuais, uns solícitos e compreensivos, alguns formais e indiferentes e outros céticos, irônicos ou invasivos. Com o tempo, o aprendizado de interagir com especialistas foi produzindo uma gradual mudança de atitude: de reticente terminei exercendo cada vez mais papel ativo quando surgiam temas delicados. Assim, se no início me sentia mais ou menos como Bonetti e Fleischer (2007:11) entrevistando outras antropólogas (“ficava ansiosa: serão amistosas? Entenderão meu tema de pesquisa? Se sentirão invadidas? Estas perguntas me dispersavam, confundiam-se com outras tantas que tinha preparado para o encontro”), tal inquietação foi dando lugar à assertividade. Mudança que, ao final, se converteu num desejo prazeroso de encontrar personalidades cuja posição de início me intimidava.

Virando o jogo “em casa”

Evans-Pritchard (2005:18) certa vez perguntou a um Nuer chamado Coul: “como é o nome da sua linhagem?”. Coul então devolveu a pergunta: “O que vai fazer com ele se eu disser? Você vai levá-lo para seu país?”. Ao que Pritchard assegurou: “Não quero fazer nada com ele. Só quero saber”. Deixando de lado se a despretensão seria verdadeira, neste tópico discuto o que acontece, numa condição de alteridade mínima para cima, quando o antropólogo retorna ao “seu país” com o “nome da linhagem” alheia.

Sendo homem, branco e à época doutorando, nem de longe minha distância (enquanto pesquisador) para com os entrevistados lembra a de um etnógrafo chegando a uma aldeia africana no início do século XX. O mesmo pode ser dito de grupos urbanos fisicamente próximos, como, por exemplo, catadores de lixo reciclável e moradores em situação de rua. E mesmo que antropólogos pertençam ou consigam criar empatia com integrantes da dita elite, alta burguesia etc., a imensidão ideológica e existencial que mantenho com executivos de multinacionais, socialites da *high society* ou latifundiários do agronegócio não deixa de ser abissal. Alteridade que se avoluma num contexto nacional marcado por uma antropologia com forte “sentido de responsabilidade social em relação ao grupo estudado” e um “quadro geral em que conhecimentos e comprometimento político estão unidos numa configuração única” (Peirano 2006:50). Por fim, também na relação estabelecida não havia o problema da “forclusão” descrito por Spivak (2010), pois a todo pesquisador não lhe falta acesso à posição de narrador, além de não operar o efeito da “dissimetria social” (Bourdieu 1997:695) que acompanha seu trabalho quando ocupa “posição superior ao pesquisado na hierarquia das

diferentes espécies de capital”. Ademais, permanece a indiferenciação entre a instância onde foi feita a pesquisa e o lugar que o autor quer vê-la legitimada.

Em suma, visto que profissionalmente habitamos a mesma casa - a “Academia” como instituição delimitadora de um “padrão de controle” e “programação de conduta” (Berger; Berger 1977) -, não se trata, como Lévi-Strauss ao vir ao Brasil nos anos 1930, de “documentar o que encontrava para, depois, mostrar o material em Paris” (Peirano 2006:56). Além disso, mesmo vivendo na “aldeia”, não tinha como me afastar “da companhia de outros homens brancos, mantendo-me em contato o mais íntimo possível com nativos” não brancos (Malinowski 1978:21), pois nativos (pesquisados) e brancos (pesquisadores) se confundem. Sim, todos os 33 entrevistados eram brancos. Como comentei em Gerhardt (2025) citando Pereira (2020:8), eu e meus interlocutores personificamos um “nós” colonizador “que naturaliza o lugar do antropólogo” [e do cientista]” como “não índio, não negro, não camponês” e que parece indicar, historicamente, o “inconsciente do fazer antropológico [e científico] brasileiro”⁶.

Ocorre que proximidade profissional e diferença de posição precisam aqui ser melhor situadas. Ao circular pelo espaço acadêmico e estar sujeito a encontros não premeditados com meus pares, eles tendem a ser esporádicos, curtos e, geralmente, sem consequências. O que não significa não correr riscos. A questão é que sempre poderei voltar ao ambiente confortável do meu escritório, núcleo de pesquisa ou gueto acadêmico onde esteja seguro para falar “deles”. E se Arminda seria ou não “péssima pra estar na [minha] banca”, simplesmente pude escolher não convidá-la (embora tenha informado aos entrevistados o dia da defesa). Situação que traz a pergunta: numa situação de alteridade mínima para cima, o que acontece depois do trabalho de campo? Que tipo de feitiçaria é feita entre este e o final da escrita sobre as experiências vividas?

Para prospectar possíveis respostas, proponho uma analogia com a diferença notada por Latour (2000:354) entre o navegador Lapérouse ao chegar à costa chinesa no fim do século XVIII e o comandante do navio Neptuna que lá ancorou dez anos depois:

em 1787 Lapérouse é mais fraco que seus informantes, não sabe aonde ir [...]. Dez anos depois o navio inglês Neptuna aportando na mesma baía estará muito mais forte que os nativos, pois a bordo terão mapas, livros de bordo, instruções náuticas [...]. Para o novo navegador que entrar na baía, as características mais importantes serão vistas pela segunda vez – a primeira foi quando, em Londres, leu os cadernos de notas de Lapérouse [...]. Lentamente começará a tomar forma uma assimetria entre os chineses “parados” e o geógrafo “em movimento”.

⁶ Em Gerhardt (2025) discuto implicações ético-metodológicas de restringir meus interlocutores ao que cientistas teriam a dizer. Como mostro então, ao decidir não procurar quem vive dentro/próximo de UCs reproduzi um tipo de violência epistêmica cujo resultado levou ao silenciamento de grupos já estigmatizados (e com poucas condições de acessar esferas decisórias onde são pensadas políticas ambientais) que sofrem com restrições impostas por essa forma de controle do território.

Segundo Latour (2000:362), a fraqueza de Lapérouse está em não possuir “familiaridade com eventos, lugares e pessoas que são vistos e revistos muitas vezes pelos nativos”. De fato, na relação que estabeleci, minha desvantagem inicial era nítida ao pensar na diversidade de conhecimentos que precisava dominar. Acontece que tal condição pode ser revertida ao visualizar “eventos, lugares e pessoas mais de uma vez”.

Passar 33 vezes pela experiência de conversar com cientistas por quase 70 horas não deixou de produzir efeitos. Por um lado, como o nome da linhagem Nuer, tive acesso a informações que estariam indisponíveis caso não os tivesse procurado. Mas minha intromissão na vida alheia não se ateve ao contato direto, pois, como o navegador do Neptuna, fui procurar pelas “notas de Lapérouse”, indo silenciosamente atrás dos chineses sem que soubessem. De repente, estava cercado de livros, revistas, artigos, teses, dissertações, centenas de páginas com entrevistas transcritas, material impresso da internet, enfim, uma papelada sem fim que se somava ao que tinha no computador. Portanto, vê-se que, mais do que “ver uma segunda vez”, meus interlocutores passaram inúmeras vezes pela minha frente.

Claro que não li tudo que coletei e muito do que li não teve a menor utilidade para pensar a experiência de campo. Mergulhado nessa abundância de materiais, muitas vezes fiquei “perdendo meu tempo [...] sem fazer nada” (Latour 2000:355) a espera do “efeito da magia do etnógrafo com a qual ele consegue evocar o verdadeiro espírito dos nativos” (Malinowski 1978:20). Mas também o comandante do Neptuna não usou todos os “mapas, livros de bordo e instruções náuticas” que levou consigo. O importante é que isso gerou efeito cumulativo. Assim como Lapérouse encontrou mares, terras e povos que desconhecia, além de saber sobre a trajetória das pessoas, estudar o que estudavam permitiu acessar conteúdos que sequer imaginava existir. Ao invés do etnólogo tentando entender a língua Nuer, além de melhorar meu antropologuês e sociologuês, aprendi algo de biologuês, geográfês, primatologuês e outros guêsis. Resultado. O que parecia exótico (metodologia *snowball*, conceito de “espécie carismática”, “linguagem HPGL”, “interações biocenóticas” e teorias como dos “refúgios do pleistoceno” e “biogeografia de ilhas”⁷) foi se tornando acessível e ótima desculpa para uma “boa prosa”. E como todos falamos cientifiquês, dominar novos sotaques disciplinares ampliou as possibilidades de diálogo, tudo isso somado ao fato de conseguir, por ter entrevistado fulano ou lido algo de beltrano, antecipar assuntos que interessavam a pessoa.

Retomando a “vantagem sorrateira”

Quando o feiticeiro ou a bruxa se deslocam
para fazer o mal, fazem-no sob a forma animal.

Marcel Mauss (2000:39).

⁷ Para uma definição a respeito, Gerhardt (2008:164).

Com o exemplo do Neptuna, Latour (2000:358) conclui: se “a cada volta do ciclo de acumulação, mais elementos são reunidos no centro [...], a cada volta cresce a assimetria entre estrangeiros e nativos”. Crescimento garantido por haver, longe do contato pessoal, meios de “atuar a distância sobre acontecimentos, lugares e pessoas” (Latour 2000: 362). Assim, se seu comandante trouxe de volta consigo informações para serem compartilhadas com outros futuros exploradores, levei meus interlocutores para casa em conversas gravadas, anotações no diário de campo e publicações científicas. Aí (em casa) pude retomar procedimento já citado: mapear “identidades e alteridades” situando-as umas “em relação às outras” (Comerford 2014:10), só que sem a presença dos outros. Ou seja, com a transposição de tempo e lugar, fui introduzindo “minha sorrateira vantagem de direito”.

Se quem foi entrevistado não pôde se preparar antes da entrevista, também às vezes não estive tão prevenido. Mas, como no conselho de Luis Alegria a Michael Taussig (1993:261), sempre se “pode usar um segredo para enfeitiçar o feiticeiro com o feitiço que ele mesmo empregou”. Mesmo alguns entrevistados conseguindo “fixar as regras do jogo” (Bourdieu 1998) durante as entrevistas, ao ter sua fala (sua linhagem, diria Coul) levada não num navio, mas numa gravação de áudio, logo perderam a força “incorporada” na posição que ocupavam. Eis aí uma das bruxarias do antropólogo: usar as palavras (inclusive as do próprio sujeito) e a capacidade que elas têm de operar para fazer desaparecer o contexto e, com ele, o sujeito, dele retirando essa condição como se retira a energia vital de alguém. Assim, se para um feitiço funcionar o conhecimento do conhecimento sobre ele deve ficar inacessível (Mauss 2000), o “trabalho” (que não foi numa encruzilhada, mas trazia algo de imaterial) que fiz recluso em meu escritório estava inacessível a quem se encontrava na posição de pesquisado.

Como advertiu Mauss (2000:17), “a magia caminha a par com a técnica”. Ao final da redação da pesquisa, por nove meses, cercado de “livros de feitiçaria” (entre eles os de Taussig e do próprio Mauss) e virtualmente com todos os nativos ao redor de mim, tive total domínio sobre o que aconteceria, mexendo e remexendo poções através de palavras e frases no meu caldeirão, isto é, no computador. E aqui retorno ao exemplo dos “chineses parados na baía” depois da partida de Lapérouse. Após as entrevistas, sobreveio um longo silêncio entre um eu ativo (Evans-Pritchard de volta à Inglaterra com o nome da linhagem) e um eles passivo (Coul e os chineses sem saber o que seria feito com o que disseram aos seus visitantes). Foi nesse hiato que, com meu pilão (editor de texto), adicionei (escrevi), dilacerei (recortei), macerei (decupei), decantei (rejuntei) e purifiquei (traduzi) o material obtido em campo para, então, cozinhar (elaborar) uma narrativa dotada de sentido. Nada mais antropofágico.

Por um lado, se sempre haverá diferença “entre objetivos a curto prazo do pesquisador e objetivos a longo prazo” (Leach 1989:124), é certo que esse tipo de *delay* não é novo. Como notou Clifford (2013:53), mesmo os *insights* de Malinowski “eram construídos menos no campo do que no processo de escrita”. Mas a questão me parece outra, ligada a um expediente recorrente seja em situações de alteridade radical, amenizada ou próxima e sintetizada na frase: “traduzir é também colonizar” (Amorim 2004:45). Ao transformar - num outro lugar (escritório), contexto (processo de escrita) e momento (depois do contato com as pessoas) - “sujeitos *outros*” em “outros *sujeitos*” (Viveiros de Castro 2002:119), desfez-se a hierarquia que deles me distanciava. Eis que “o feiticeiro instala-se num lugar deserto” e o “encantamento deve fazer-se [...] na sombra” (Mauss 2000:52). Como os milhares de quilômetros separando o geógrafo dos chineses e Pritchard de Coul, os 33 entrevistados foram “deixados na baía” (ou na África), desaparecendo como pessoas que de início me assustavam para se converter em vozes sem corpo saídas de um gravador ou caderno de campo. E, mesmo em casa, não havendo como não silenciá-los, só antropofagizá-los, me tornei um selvagem antropólogo a canibalizar cientistas, cujas falas, num banquete solitário, foram servidas à mesa, ou melhor, à escrivania.

Assim como Evans-Pritchard voltou à Inglaterra e Coul não soube o que ele fez com o nome de sua linhagem, meus colegas não tinham como intervir no que fiz com o que disseram. Todavia, como diz um provérbio árabe, “não declare que as estrelas estão mortas só porque o céu está nublado”, pois nada garante que o mesmo não possa acontecer comigo. Afinal, se trata de etnografar quem transita pelo mundo da ciência. Ao contrário de Coul e Pritchard, como publicar minha experiência de campo se compara ao comandante do *Neptuna* dar aos chineses seus próprios “mapas, livros de bordo” etc., o que escrevi e escreverei pode ser contestado ou devolvido de outra forma no mesmo espaço social por onde circulo/atuo. Embora dialetos dificultem a comunicação ou levem a mal-entendidos, se a dialogicidade do ofício em questão é válida, as pessoas envolvidas dominam (umas mais do que outras e umas certamente melhor do que eu) as “regras do jogo”, tendo à disposição, se não instrumentos idênticos, a observação sistemática como prática.

Disso resulta que um círculo hermenêutico se fecha e continua a girar, com o encanto sendo quebrado ao tornar público o “segredo do feitiço” (o conhecimento desconhecido) ao enfeitiçado, cujo espírito pode retornar a terra, reincorporar seu *status* de sujeito e, quem sabe, devolver o feitiço ao enfeitiçador. De todo modo, algo é certo: assim como o efeito da dádiva pode ser revertido através da contra-dádiva, minha “vantagem sorrateira” perdeu força.

Semelhanças na diferença, distâncias na proximidade

Segundo Peirano (2006:65), o interesse na “alteridade mínima localizada na atividade intelectual” do pesquisador só se consolidaria no Brasil nos anos 1990. Embora inicialmente se tratasse mais de uma sociologia do campo intelectual do que antropologia propriamente dita, desde então crescem os trabalhos que buscam acessar o público que percorre os corredores acadêmicos. Um marco dessa mudança ocorreu em 2007 com a realização da I Reunião da Rede de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ReACT), hoje na 10ª edição. O aumento do interesse por quem faz ciência fica nítido ao olhar para a diversidade de trabalhos publicados já na quarta ReACT, quando foram apresentadas, entre outras, etnografias sobre: médicos que pesquisam alcoólatras (Zanella 2013); geneticistas peritos em biolegalidade (Richter 2013); neuroeconomistas preocupados em “explicar como indivíduos escolhem e consomem” (Giufrida 2013); etnomapeamentos feitos por “antropólogos, cientistas sociais, biólogos, geógrafos e cartógrafos associados aos intelectuais indígenas” (Cardoso 2013:2).

Mas, como visto, etnografar o meio científico tem suas especificidades. A começar que seu autor é potencial objeto de pesquisa de quem transita entre os estudos sobre o “andar de cima” e o campo da antropologia da ciência. E, note-se, aqui “objeto” não se refere ao conteúdo, ou seja, não se trata (ao menos não só) de analisá-lo criticamente. Por um lado, cada vez mais a curiosidade etnográfica recai sobre o modo de fazer de quem produz conhecimento científico indagando menos sobre sua pertinência metodológica, epistemológica, teórica, ideológica, política e mais sobre como foi produzido, quem produziu, em que contexto e sob quais condições. Contudo, o empreendimento vai além, podendo se estender às histórias de vida e motivações que levam alguém a seguir a carreira acadêmica e a estudar um dado assunto⁸.

O que significa que o foco não está apenas na pesquisa como “fato construído”, “artefato acabado”, “objeto estável” ou “caixa-preta” (Latour 2000), mas na indagação sobre o processo criativo em sua totalidade. Intenção que pode inclusive ir mais longe, pois se etnografar cientistas demanda estar atento ao seu trabalho formal, tal vigilância pode se dirigir aos boatos, indiscrições, segredos, desafetos, amizades, elogios, ofensas e acusações (veladas ou diretas) que, por vezes, parecem alheias ao interesse científico. E, como mostra a interação divergente entre especialistas envolvidos com áreas naturais protegidas, tais elementos podem ser decisivos para entender como se movimenta quem se opõe ou se alia e por que ratifica/critica o que diz/escreve algum colega.

⁸ Em Gerhardt (2008) descrevo longamente as trajetórias profissionais das pessoas entrevistadas e a diversidade dos percursos trilhados.

Porém, pelo que foi exposto, ao pesquisar pesquisadores o procedimento padrão que leva à produção etnográfica traz algumas dificuldades. A começar pela pretensão de “estar com” e o que fazer com o elemento central que, desde Malinowski, refundou a disciplina. Considerando que a dita “observação participante” não será vivida como numa situação de “alteridade radical”, nem facilmente adaptada como quando do contato com “alteridades próximas” ou “amenizadas” (Peirano 2006), como estranhar o mínimo, isto é, a diferença “entre nós”? O que fazer quando quem viria “de fora” já “vive dentro” e está “em casa”? Obviamente, sendo a abordagem e não o objeto que define o trabalho antropológico, as respostas dependem de cada experiência particular, sendo as encruzilhadas que encontrei apenas um exemplo dentre tantos outros.

Mas, ainda assim, para além de tornar familiar o estranho, etnografar os próprios pares (não só, obviamente) implica fazer do habitual e conhecido algo incomum e mesmo inusitado. Trata-se de se afastar do que parece comum para depois retornar buscando o que nele há de “selvagem”, “bárbaro”, “esquisito”. Em suma, concomitante à aproximação com o mundo/comportamento nativo - de modo a poder, se não compreendê-lo, aceitá-lo emocional, intelectual e esteticamente - será preciso reposicionar a identificação prévia com este mesmo mundo/comportamento. Foi o que ocorreu quando me dei conta que, no início, simplesmente reproduzia o que meus interlocutores faziam, pois, como eles, também me encontrava preso às polêmicas que a discussão suscitava. Só aí pude me afastar um pouco do calor do debate para observar de forma um pouco mais livre *como* interagiam entre si.

Não que este exercício seja novo, existindo ao menos desde os anos 1950 quando Horace Miner (1956) publicou o clássico “*Body ritual among the Nacirema*”. Ademais, como o vínculo antagonico entre os Dinka e os Nuer (Evans-Pritchard, 2005), muitas vezes o maior estrangeiro é justamente seu vizinho, com o mesmo podendo ocorrer entre cientistas sociais e cientistas naturais, por exemplo. De fato, como notou Sá (2006) sobre os primatólogos que estudou, seus métodos, procedimentos, experimentos, instrumentos, preocupações e teorias podem parecer bastante exóticos para um antropólogo e vice-versa. Mas, ainda assim, se trata de fazer ciência. Isto é, apesar da diferença entre ciências “duras e moles” ser profunda e mesmo ontológica - visto implicar modos distintos de ver e classificar a realidade -, a epistemologia permanece referida ao que se conhece como “padrão científico” de validação do saber.

Mas aqui é preciso marcar a diferença entre pesquisar cientistas em geral e etnografar outros antropólogos. Embora sejamos todos duma mesma “família extensa” formada por uma comunidade de especialistas (Cardoso de Oliveira 2000), a última possibilidade envolve um parentesco muito próximo. No primeiro caso, é justamente a distância relativa ao trabalho

realizado que torna possível produzir o movimento de estranhamento/familiarização ao procurar acessar o dialeto disciplinar alheio. Afinal, como notou Peirano (2006:48) ao comentar o trabalho de Rabinow (1996) e sua “história da biotecnologia”, mesmo em casa “o etnólogo precisa aprender outra língua (no caso, biologia molecular) durante um período de socialização, e, como sempre, enfrentar o problema de quem tem autoridade e responsabilidade de representar a experiência e o conhecimento”. O que vale tanto para os antropólogos da ReACT que, ao interagir com cientistas, tiveram que aprender algo de “mediquês”, “neuroeconomês”, “geneticês” e “etnomapealoguês”, como para mim, pois acabei tendo que passar por uma espécie de alfabetização básica em relação a temas e informações que não dominava e mesmo desconhecia.

Já um caso especial de afastamento doméstico ocorre ao pretender estar com quem participa do seu próprio círculo de interesse disciplinar, como ocorreu com o antropólogo Vagner G. da Silva (2006) que, como visto, pesquisou antropólogos. Mas também aqui a diferença surge na posição do observador e do observado. Conforme Amorim (2004:31), mesmo quando o pesquisador “não se diferencia em nada de seu sujeito de pesquisa [...], a diferença que permeia o ato de pesquisa estará lá, tornando esse sujeito um *outro*” na relação de alteridade que emerge da “diferença de lugar na construção do saber. O outro se torna estrangeiro pelo simples fato de pretender estudá-lo”. Distinção reconhecida por quem está à frente da pesquisa e por quem se encontra na posição de pesquisado, como ilustra a constatação imediata da bióloga já citada de que era meu “*objeto* de pesquisa” e das duas antropólogas que se viram como minhas “*nativas*”. Ademais, seguindo o exemplo do antagonismo entre os Dinka e os Nuer, se, como muitas vezes acontece entre sociólogos e ecólogos, antropólogos e biólogos ou geógrafos e engenheiros florestais que pesquisam UCs, corre-se o risco do maior estrangeiro ser justamente seu vizinho, este último pode ser outro antropólogo, ou melhor, antropóloga, como mostra o diálogo tenso que tive com Arminda.

Portanto, seja a distância radical, amenizada, próxima, mínima ou íntima, sempre será possível situar uma linha que separa, uma lacuna que divide, seja da parte do etnógrafo, seja do etnografado (e ainda que este último venha a ser um etnógrafo). Como em situações de distância cultural elevada, o encontro entre antropólogo e biólogos ou entre antropólogo e antropólogos implicará alguma negociação, sendo justamente a “dissimetria de princípio entre o lugar do pesquisador e o lugar do outro o limite que atravessa diferentes possibilidades de diálogo” (Amorim 2004:31). Só que, mesmo sendo preciso firmar acordos, ajustar a interlocução adquire um caráter peculiar quando já se é “parte do grupo”. Afinal, ainda que se possa dizer que, quando Roberto Cardoso de Oliveira (1960) foi estudar os Terena nos anos 1950, estavam todos “em casa” imersos num contexto marcado pela construção do sentido de

nação (Peirano 2006), no presente caso o antropólogo não precisará “abandonar sua posição confortável na varanda” e “sair para o meio da aldeia” (Kuper 2005:209). Ele já está nela. O que implica investir na construção de uma autopermissão para se afastar um pouco da “família”, para, sem sair de casa, tirar uns dias de folga da sua familiaridade disciplinar.

Claro que toda negociação pode virar imposição, mas, mesmo o encontro sendo através de entrevistas e do texto acadêmico, não há como prescindir do outro se com ele se quer dialogar, estando seu resultado dependente de trocas subjetivas. E, embora seja preciso investir no estranhamento, das experiências que daí virão é que se poderá fixar o que trazem de singular. O que significa aceitar que, independente da alteridade, trata-se de identificar, traduzir e significar eventos vividos como fatos etnográficos. Algo que, como notou Evans-Pritchard (1985), depende menos dos fatos em si ou da literatura acessada e mais da sensibilidade de quem conviveu com um grupo de pessoas. Portanto, vê-se que não está em questão uma diferença de fundo, mas de dificuldades específicas ligadas ao público envolvido e à relação com ele criada. Em suma, longe ou próximo, fora ou dentro de casa, continua se tratando de antropólogos que, mesmo sendo de tribos, clãs e linhagens diferentes, habitam uma mesma “etnia antropológica”.

Referências

- AMORIM, Miriam, 2004, *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa.
- BELCHIOR, Antônio C., 1974, *Mote e Glossa*. São Paulo: Chantecler.
- BERGER, Peter e BERGER, Brigitte, 1977, “O que é uma instituição social?”, in José de S. Martins (orgs.), *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC.
- BLUMER, Herbert, 1971, “Social problems as collective behavior”, *Social Problem*, 18(36).
- BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya, 2007, *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Mulheres.
- BOURDIEU, Pierre, 1998, *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Ed. da USP.
- _____, 1997, *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CARDOSO, Thiago, 2013, “Malhas cartográficas: técnica, conhecimento e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas”, in 4º *Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*. Campinas. *Anais*. Campinas: CTeme.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto e CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis, 1996, *Ensaio antropológico sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto, 2000, *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp.
- _____, 1960, *Processo de Assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- CARNEIRO da CUNHA, Manuela e ALMEIDA, Mauro, 2004, “Populações tradicionais e conservação ambiental”, in João Capobianco et. al (orgs.), *Biodiversidade na Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA.

- CARVALHO, José Jorge de, 2002, “Poder e silenciamento na representação etnográfica”, *Série Antropologia*, 1(316).
- CLIFFORD, James, 2013, *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- COMERFORD, John, 2014, “‘Onde está a 'comunidade'? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o 'rural' e o 'urbano'”, *Ruris*, 8(2).
- DAINESE, Grazielle, 2015a, “Chegar à Terceira Margem: um caso de prosa, paixões e maldade”, *Anuário Antropológico*, 40(1).
- _____, 2015b, “Desentendimentos entre parentes: variações da intimidade”, *Revista de Antropologia*, 58(2).
- DIEGUES, Antônio C., 1996, *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- EVANS-PRITCHARD, Edward, 2005, *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um novo povo nilota*. São Paulo: Perspectiva.
- _____, 1985, *Antropologia social*. Lisboa: Edições 70.
- FOUCAULT, Michael, 2010, *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes.
- GERHARDT, Cleyton, 2025, “‘Pra mim, tradicional mesmo é gaúcho, é CTG’: traições etnográficas, violência epistêmica e silenciamento na visibilização da fala perita”, *Revista de Antropologia* 68(1).
- _____, 2016, “*Eu seria péssima pra estar na sua banca*”: pesquisadores, áreas protegidas, populações locais e suas controvérsias. Curitiba: APPRIS.
- _____, 2010, “Pesquisadores e suas táticas discursivas no debate sobre populações tradicionais e proteção à biodiversidade”, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 21(1).
- _____, 2008, *Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”*. Rio de Janeiro: UFRRJ, Tese de Doutorado em Ciências Sociais.
- _____, 2007, “A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15(2).
- GIUFRIDA, Guilherme, 2013, “Exata e humana: um estudo antropológico sobre Neuroeconomia”, in *4º Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (Anais)*. Campinas: CTeMe.
- GOFFMAN, Erving, 1985, *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GUSTERSON, Hugh, 1997, “Studying Up Revisited”, *Political and Legal Anthropological Review*, 20(1).
- KUPER, Adam, 2005, “Histórias alternativas da antropologia social britânica”, *Etnográfica*, 9(2).
- LATOURE, Bruno, 2000, *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. São Paulo: Ed. da Unesp.
- LEACH, Edmund, 1989, *A diversidade da antropologia*. Lisboa: Edições 70.
- LIMA, Deborah, 1997, “Eqüidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade”, in Edna Castro e Florence Piton (orgs), *Faces do trópico úmido: conflitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: NAEA, 287-288.

- MALINOWSKI, Bronislaw, 1978, *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.
- MAUSS, Marcel, 2000, *Esboço de uma teoria geral da magia*. Lisboa: Edições 170.
- MCCORMICK, John, 1992, *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MILANO, Miguel, 2002, *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: O Boticário.
- MINER, Horace, 1956, “O ritual do Corpo entre os Sonacirema”, *American Anthropologist*, 58(3).
- PEIRANO, Mariza, 2006, *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PEREIRA, Luena, 2020, “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras”, *Revista de Antropologia*, 63(2).
- RABINOW, Paul, 1996, *Making PCR: a history of biotechnology*. Chicago Press.
- SÁ, Guilherme, 2006, *No mesmo galho: ciência, natureza e cultura nas relações entre primatólogos e primatas*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado em Antropologia Social.
- SANTILLI, Juliana, 2005, *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: ISA
- SPIVAK, Gayatri, 2010, *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- SILVA, Vagner Gonçalves da, 2006, *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp.
- STRATHERN, Marilyn, 2013, *Fora do contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome.
- TAUSSIG, Michael, 1993, *O diabo e o fetiche da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Unesp.
- VIANNA, Lucila, 1996, *Considerações críticas sobre a construção da ideia de “população tradicional” no contexto das Unidades de Conservação*. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado em Antropologia.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, 2002, “O nativo relativo”, *Mana*, 8(1).
- ZANELLA, Eduardo, 2013, “Produção de conhecimento médico-científico em psicoativos”, in *4º Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (Anais)*. Campinas: CTeMe.